

As festas como patrimônio cultural: um caminho para a espetacularização?

Wanessa Pires Lott

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará

 <https://orcid.org/0000-0002-7026-9852>

E-mail: wanessalott@hotmail.com

Resumo: Festas e Patrimônio são duas vivências que estão cada vez mais próximas na atualidade. Na trajetória preservacionista brasileira, paulatinamente as festas foram sendo inseridas nos Livros de Registro, no entanto, é de suma relevância problematizar este processo de salvaguarda das manifestações festivas. Assim sendo, opta-se neste texto por apresentar uma breve discussão teórica sobre a festa, tendo como foco História e Antropologia. Posteriormente, a questão patrimonial ganha proeminência, para que haja um melhor entendimento sobre o processo de inserção das festas nos livros de salvaguarda e toma-se como exemplo os Reinados de Nossa Senhora do Rosário. Com o debate teórico bem delimitado e com a exemplificação apresentada, será problematizada a questão sobre a espetacularização festiva decorrente da patrimonialização das festas.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Festa; Reinado de Nossa Senhora do Rosário.

Parties as cultural heritage: a way for spectacularization?

287

Abstract: Parties and Heritage are two experiences that are increasingly closer today. In the Brazilian preservationist trajectory, the parties gradually became part of the Registry Books, however, it is extremely important to problematize this process of safeguarding festive manifestations. Therefore, it is chosen in this text to present a brief theoretical discussion about the party, focusing on History and Anthropology. Subsequently, the heritage issue gains prominence, so that there is a better understanding of the process of inserting the parties in the safeguard books and taking as an example the Reigns of Nossa Senhora do Rosário. With the theoretical debate well delimited and with the presented exemplification, the question about the spectacularization of the party resulting from the patrimonialization of the parties will be problematized.

Keywords: Heritage; Party; Reign of Nossa Senhora do Rosário.

Texto recebido em: 26/05/2021

Texto aprovado em: 24/08/2021

Introdução

As festas são objetos privilegiados de estudo, possibilitando várias abordagens e distintos olhares acadêmicos. Dentre os muitos, há a perspectiva de análise da festa em oposição ao trabalho, sendo incorporada ao âmbito do lazer, ao

tempo livre, “justamente porque nestas horas – apesar das limitações impostas pela pobreza – o trabalhador escolhe. Entre o futebol de várzea, o circo, a festa de aniversário ou a excursão a Aparecida do Norte” (MAGNANI, 2003, p. 15). Outros trabalhos tomam-na como instrumento de poder, como por exemplo os estudos das festas do Brasil Colonial (DEL PRIORI, 2000; MELLO E SOUZA, 2001) e outros seguem o caminho vinculado ao ritual, iniciado pela Antropologia Clássica (DURKHEIM, 2003; MAUSS, 2003) que foi sequenciado pelos estudos dos contemporâneos como Caillois e Perez, que aqui serão utilizados. Além da relevância das festas para pensar academicamente a sociedade, chama a atenção a relação destas com as políticas de salvaguarda. Inseridas majoritariamente na esfera do patrimônio imaterial ou intangível, as festas cada vez mais compõem os livros de Registros. No entanto, sem esquecer a grande relevância do reconhecimento destas como parte constitutiva das memórias e das identidades nacionais, problematiza-se como muitas das festas são alteradas após este reconhecimento, sendo até mesmo transformadas em meros espetáculos culturais.

Diante deste breve exposto, problematiza-se a questão da espetacularização das festas patrimonializadas. Para que haja um maior foco no estudo, elege-se as manifestações festivas do Reinado em Belo Horizonte. Toma-se como marcos relevantes para o debate, o tombamento da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá em 1995 (PBH, 1995a, 1995b); o levantamento Irmandades Negras de Belo Horizonte, realizado pela prefeitura local, publicado em 2014 e o levantamento das Irmandades Negras mineiras, que está sendo realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Minas Gerais (IEPHA/MG). Desta maneira, o artigo terá os seguintes tópicos para além desta introdução: primeiramente uma discussão teórica sobre o fenômeno festivo, priorizando as linhas de pensamento da história e da antropologia e na sequência, a apresentação da trajetória patrimonial no Brasil que possibilitou a inserção oficial das festas nos livros de salvaguarda. Posteriormente os Reinados serão o foco, tendo como exemplo principal os ocorridos em Belo Horizonte/MG. Com o caminho pavimentado, será problematizada a possível espetacularização festiva decorrente da patrimonialização das festas.

Para além do festejar: uma breve reflexão teórica

As festas são analisadas em diversas esferas acadêmicas, mas neste artigo o foco será na História e a Antropologia. Para a primeira, a festa pode ser percebida na ótica da Escola dos Annales, sendo o “momento de verdade em que um grupo ou uma coletividade projeta simbolicamente sua representação de mundo, e até filtra metaforicamente todas as suas tensões” (VOVELLE, 1987, p. 246), que muitas vezes traduz os conflitos de poder da sociedade. Assim, muitas das análises historiográficas permeiam o fortalecimento de poderes, como recorrentemente identificado nos estudos sobre as festas do Brasil colonial (DEL PRIORI, 2000; MELLO E SOUZA, 2001). Designadas como festas barrocas, estas estavam inseridas na lógica das políticas colonialistas e serviram como uma maneira pedagógica de reforçar os mandos no rei no território ocupado. O Estado foi o grande promotor e gestor das festas, com intuito de definir as posições sociais por meio, por exemplo, das procissões religiosas que se configuravam com a demarcação precisas dos participantes: os mais importantes caminhavam à frente e os menos desejáveis socialmente ocupavam os últimos lugares nas longas filas que atravessavam as cidades coloniais em tempos festivos (MONTES, 1998).

No caso da Minas Colonial, o cenário das festas oficiais era permeado de ornamentações, de trajes, de alegorias, de efeitos visuais, de música e de iluminação diferenciadas. “O aspecto espetacular que assumiram as celebrações litúrgicas” fazia com que “a população das vilas mineiras parecia tomada de um êxtase ao mesmo tempo festivo e religioso” (ÁVILA, 1984, p. 8). Exemplos claros desta ufania festiva são o Triunfo Eucarístico (1733) e o Áureo Trono Episcopal (1948), que foram cuidadosamente preparadas com uma iluminação especial, colchas coloridas enfeitando as sacadas, arcos decorando as ruas e carros alegóricos compondo as procissões. E tal pompa não se restringiam às festas da Igreja, eram também percebidas nas festas realizadas pelas classes mais desfavorecidas, compostas majoritariamente por negros e mulatos. Estes ostentavam suas riquezas nas festas dos Reinados, além de utilizarem destas para expressarem suas insatisfações contra os mandos na colônia. Esta recorrente amalgama festiva das linguagens profanas e sagradas (DURKHEIM, 2003)¹, nos leva a uma característica significativa das festas: o seu caráter de indecidibilidade, um “double bind²: sagrado e o profano, divino e humano, poder eclesial e poder real,

vida e morte, mundo de cá e mundo de lá, individual e coletivo, etc.” (PEREZ, 2008, p. 39).

Ademais, os festejos significam um corte com o cotidiano, com suas limitações ordinárias, possibilitando um retorno ao espaço/tempo da origem, da criação, do caos inicial. Na festa, o indivíduo e o grupo rompem com as pequenas preocupações cotidianas, vivenciando um tempo de intensas emoções, retornando aos primeiros tempos da criação para que haja uma revigoração do ser, um reencontro com a plenitude da vida para enfrentar o ciclo rotineiro (DURKHEIM, 2003). A festa institui uma abertura para o Grande Tempo, o momento em que os homens abandonam o devir para alcançar o reservatório das forças todo-poderosas que o paraíso primordial aciona (CALLOIS, 1988). A festa é o momento de “aproximar dos indivíduos, de colocar em movimento as massas e suscitar um estado de efervescência, às vezes até de delírio que não deixa de ter parentesco com o estado religioso” (DURKHEIM, 2003, p. 417). A revigoração dos laços sociais pela festa nos remete ao “paroxismo da sociedade (ideal), que ela purifica e que ela renova por sua vez. (...) Ela aparece como o fenômeno total³ que manifesta a glória da coletividade e a ‘revigoração’ do ser.” (CAILLOIS, 1950, p. 166. *Apud.* AMARAL, 1998, s/p.). Esta renovação se dá por meio das transgressões festivas, que ao se recriar o estado originário, ao se remeter ao tempo criador, permite-se o renascimento, a renovação para enfrentar um novo ciclo.

Apesar da riqueza do caminho teórico destacado principalmente pela Escola dos Annales – e conseguinte História Cultural – e pelos autores supracitados tomados pela Antropologia, até o final do século passado, as análises sobre as festas são “documentos por seu caráter minuciosamente descritivo dos eventos em si e no momento em que se realizam”. Há pontuais preocupações “com o registro dos contextos sociais e econômicos em que ocorrem” Os estudos estão “excessivamente preocupados em buscar o que se considera ser o ‘original’, o ‘tradicional’, as ‘sobrevivências culturais’” e “escapam aos observadores não apenas os processos transformativos, mas também as razões que os impulsionam”. (AMARAL, 1988, s/p.). Esta busca pelo ‘originário’ e ‘tradicionalista’ vai ao encontro das teorias de salvaguarda dos patrimônios nacionais principalmente desenvolvidas no Brasil a partir da década de 1930 e tendo seu auge a partir da década de 1980 no que tange a questão da preservação das festas ‘tradicionalistas’.

A salvaguarda abraça os festejos

Um dos efeitos da Primeira Grande Guerra (1914 e 1918) foram os crescentes debates em torno do fortalecimento do nacional e as tentativas de entendimento que os contornos de uma Nação ultrapassam as questões territoriais, e absorvem valores intangíveis como os culturais. Aliado à atmosfera da Modernidade, os anos 1920 volta os olhos para a construção do nacionalismo e o Brasil também segue este caminho. Neste processo de construção mítica da nação, são cooptados pelo Estado valores culturais, dentre os quais se inserem a cultura popular, pois neste “momento de expansão da sociedade de massas, o povo e sua cultura tornam-se, assim, objeto de uma pedagogia nacionalista, um objeto homogêneo, incorporado ao mito da nação e tornado parte de seu destino” (ARAÚJO; BARBOSA, 2016, p. 4). Ou seja, os espaços ocupados pelo popular na construção da nação são espaços “cuidadosamente policiados e regulados” (HALL, 2003, p. 339).

A cultura, em especial a cultura popular, assume, assim, um caráter estratégico na construção e reafirmação da identidade nacional, a despeito da dificuldade de sua compreensão e das lutas e disputas travadas em seu seio. Na tentativa de recortá-la e formatá-la podemos enxergar uma disputa por fazer dela um discurso legitimador daquele (grupo, classe ou mesmo o Estado) que a reivindica para si e sobre ela pretende exercer seu controle (ARAÚJO; BARBOSA, 2016, p. 5).

Dentre as ações em prol da inserção do popular nas políticas culturais do Brasil, tem-se os estudos acadêmicos vislumbrados à luz dos debates internacionais sobre a relevância da preservação dos bens culturais para a construção da ideológica da Nação⁴. O envolvimento dos Modernistas brasileiros foi destacado, como por exemplo na Semana de Arte Moderna de 1922, que propagou elementos culturais brasileiros como mais relevantes do que as imitações dos padrões franceses e a ‘redescoberta’ do Barroco Mineiro como arte de extrema representatividade cultural brasileira pelos modernistas Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Lúcio Costa⁵. Paralelamente teve-se os estudos de Gustavo Barroso que levaram à criação do Museu Histórico Nacional pelo Decreto 15.596, de 2 de agosto de 1922. O museu objetivou o recolhimento, a catalogação e a exposição dos artefatos de relevância histórica e artística brasileira, além de evitar que tais bens saíssem do Brasil por meio das constantes compras de obras brasileiras por estrangeiros (ABREU, 1996).

Assim, sob esta atmosfera de um discurso de criação de uma nova nação, as políticas e ações de preservação cultural no Brasil se inserem formalmente por meio da Constituição de 1934, que destaca no artigo 10, inciso III que “compete concorrentemente à união e aos estados (...) proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico”. Na sequência, tem-se a criação do IPHAN⁶ pela Lei 378 de 13 de janeiro de 1937, sob a liderança do arquiteto Rodrigo Melo Franco de Andrade. Não obstante os demais estudos de valorização popular encabeçados por outros intelectuais, o então presidente do IPHAN percebia a presença dos regionalismos brasileiros como um sinal de atraso para o país, indo de encontro com o projeto de modernização e civilidade proferido no início da República. Nem ao menos sob a forma de cooptação dos valores do popular, – como supracitado – a cultura popular participou de maneira significativa dos registros oficiais do IPHAN, pois o órgão opta por preservar os bens edificados de matriz portuguesa. A ampliação da percepção do patrimônio brasileiro – e por conseguinte a maior possibilidade de inserção do popular nas ações de salvaguarda – ganhou força com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) em junho de 1975. Tendo como base o conceito de referências culturais, o CNRC compreendeu que as manifestações culturais não eram representadas somente por produções materiais, como também pelos valores intangíveis. O trabalho do CNRC foi destacado por meio do projeto ‘Tecelagem Manual no Triângulo Mineiro’, que levantou os bens de natureza material para a produção do artesanato, mas, principalmente os saberes em torno deste (FONSECA, 1997).

Por questões financeiras, em 1979 o CNRC foi incorporado ao ‘Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas’ (PCH) e à ‘Fundação Nacional Pró-Memória’ (FNPM), portanto a linha de pensamento mais ampliada sobre a questão patrimonial ganhou força, principalmente na presidência de Aloísio Magalhães a partir de março de 1979. A necessidade de maior inserção dos demais valores brasileiros, referente às matrizes culturais indígenas e negras, ganharam proeminência e caminharam lado a lado com a então abertura política do país. Após 20 anos de debate e da percepção que diversos valores culturais brasileiros não eram majoritariamente expressos em na cultura material, houve a eminente necessidade de criar um novo instrumento jurídico além do Tombamento. Assim sendo, criou-se o “Registro de bens culturais de natureza imaterial” e o “Inventário de referências culturais (INRC)”, através do Decreto Federal nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Instituiu-se a partir deste decreto, os quatro livros de Registro: Livro dos

Saberes, Livro das Celebrações, Livro das Formas de Expressão e Livro dos Lugares. Na esteira da determinação federal, Estados e Municípios construíram suas políticas em prol da salvaguarda do patrimônio imaterial, dentre as quais, destaca-se neste texto as ações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG)⁷ e da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte (FMC/BH)⁸ em relação aos festejos dos Reinados.

A primeira ação significativa foi o levantamento das Irmandades do Rosário de Belo Horizonte e do seu entorno realizado pela FMC e publicado em 2014. Posteriormente, no primeiro semestre de 2021, o IEPHA/MG abriu “o cadastro de Reinados e de Congados de Minas Gerais” para compor a “etapa de estudos técnicos (...) para fins de reconhecimento como patrimônio cultural imaterial do estado”. Neste processo, “pretende levantar dados a fim de identificar o bem cultural e articular a sua salvaguarda. Assim, os dados inseridos, serão utilizados pelo IEPHA/MG visando o planejamento, execução e gestão de políticas públicas” (IEPHA, 2021, s/p.). Deste modo, as relevâncias dos Reinados mineiros, presentes desde a época colonial, começam a ganhar o lugar merecido nas políticas de salvaguarda locais.

O Reinado de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos

Minas Gerais é um estado que tem sua história confundida com a história das associações religiosas de leigos, conhecidas por confrarias, arquiconfrarias, irmandades e ordens terceiras⁹. Estas tiveram forte implementação na capitania de Minas Gerais devido à oscilante falta de padres na época colonial e se subdividiam em uma escala de etnia que se confundia com a condição financeira. Nos tempos monárquicos tem-se as Irmandades do Santíssimo Sacramento, Bom Jesus dos Passos, Almas Santas, Ordens Terceiras do Carmo e São Francisco ligadas aos brancos; as Irmandades de Nossa Senhora das Mercês, Nossa Senhora do Amparo, Arquiconfraria do Cordão que abraçavam os mulatos, crioulos e pretos forros e as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia ligada aos pretos (FIGUEIREDO, 1993).

A marcante atmosfera católica da Minas Colonial deve-se muito às Irmandades. Com o papel primeiro de adoração de santos católicos, as Irmandades também foram responsáveis pelo apoio material dos irmãos, auxiliando até mesmo em compras de alforrias, No livro de “Compromisso da Irmandade dos Irmaons

pretos de Nossa Senhora do Rozario cita na Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem, Arraial do Curral d'El Rei, Comarca de Sabará, Bispado de Marianna de 1807¹⁰ tem-se discriminado: “Se algum irmandadeiro escravo¹¹ tiver a vontade de se libertar, e não tendo todo o seu valor, a Irmandade lhe emprestará o resto, dando fiador a contento, e havendo designação de tempo” (COMPROMISSO, 1807 p. 10). Não obstante a relevância dos livros de compromisso, os maiores registros das Irmandades são os festejos em adoração aos santos, compostos de várias guardas de tocantes e dançantes.

Neste ponto cabe uma pausa para a explicação das denominações, Irmandade, Congado, Guarda, Reinado, que se fundem com as caracterizações dos responsáveis pela devoção festiva à Nossa Senhora do Rosário. De origem banto católica e com destacados festejos que proclamam a coroação do Reinado negro de Nossa Senhora do Rosário, estas celebrações são também conhecidas como ‘Reinado’. A bibliografia pertinente ao tema também se refere a esta devoção como ‘Congado’, ‘Congada’ e ‘Congo’, já que, a coroação de reis e rainhas negras era um costume da região do Congo e marcavam a eleição do novo detentor do poder local. Nesta profusão de nomes, a designação de ‘Congada’ também se confunde com os nomes das guardas – ou grupos de dançantes e cantantes – que participam do cortejo real. O Congo, juntamente com o Moçambique, o Catopê, os Caboclinhos (ou Caiapós) e a Marujada (ou Marujos) homenageiam a santa durante o cortejo real¹². Já o termo Reinado designa-se à conformação mais complexa, abrangendo aos mitos fundadores da prática festiva e a convivência cotidiana dos membros.

fazer congado é muito fácil, eu quero ver fazer Reinado (...) Para fazer Reinado busca o fundamento, segundo a tradição contada pelos negros velhos, que eu preservo até hoje na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá, daquilo que foi mostrado lá na beira mar, quando a Virgem Maria apareceu para os negros para que eles adquirissem a sua liberdade. Por isso que negro velho tem fé no Ripungo de Manganá, que significa o Rosário de Maria (LOPES, 2005, p. 17).

O ritual do Reinado representa uma forma de expressão cultural religiosa baseada na teatralização para a celebração de santos católicos. Não obstante o forte cunho católico da festa, a estrutura da cerimônia, as roupas, os cânticos, o ritmo da percussão se baseiam nos cultos africanos (MARTINS, 1995), fundamentados no mito de aparecimento de Nossa Senhora do Rosário, que apresenta inúmeras versões (HORTA; MANZO, 2000; MARTINS, 1997; CASCUDO, 1980, LUCAS, 2002), mas que pode ser resumida na fala do antigo Presidente da Irmandade de Nossa

Senhora do Rosário do Jatobá¹³ e Capitão da Guarda Masculina do Congo, José Apolinário.

Um dos filhos do negro saiu brincando, andando, na beira do rio afora e lá ele deparou com a imagem de Nossa Senhora dentro, no meio do rio (...). O senhor da fazenda, arrumou banda de música, arrumou enfeite tudo bonito, (...) pra ir lá buscar Ela. (...) Ela ficou quietinha lá [no rio]. (...) Um dia, um dos negros teve coragem chegar perto do senhor e pediu ele se ele dava autorização eles pra eles fazer os instrumento e ir lá, cantar, rezar pra Santa, pra trazer Ela. Aí o senhor, debochou. (...) [Mas os negros] fizeram as caixas, fizeram os candombes, (...) e os nego [foram] cantando até na praia [e] a Santa sentou no tambor (...) Com carinho o negro pegou o tambor (...) e cantou: ‘Tamborete sagrado, dá licença’ (...) e fizeram a casinha se sapê pra Ela (...) No outro dia Ela tava lá dentro do mar outra vez... [risos de José Apolinário]. Aí os nego buscou outra vez, aí já formou, aí já foi o Candombe, já foi o Moçambique, o Congo, né, e foi também os Marinheiros (...) e o Candombe que tirou a Santa do rio (LOTT, 2005, p. 85-87).

A fala de José Apolinário fundamenta os rituais do Reinado de sua comunidade, os cânticos – considerados como orações pelos congadeiros – passados de geração para geração reverenciar a Santa durante o cortejo e as vestimentas cuidadosamente confeccionadas. A hierarquia é outro ponto que destaca na organização social da Irmandade e, também, está presente no mito fundador. A obediência aos mais velhos e o respeito entre as Guardas é visto não só no cortejo como também no cotidiano das Irmandades, sendo o Candombe o grupo mais importante, por terem sido eles que tiraram a santa das águas. Na sequência estão o Rei e a Rainha Conga, tendo seus cargos vitalícios sendo “escolhidos por eles próprios, por que eles têm que demonstrar fé e o amor a Nossa Senhora do Rosário e por dignidade de comportamento” (LOTT, 2005, p. 89). Em seguida estão o Capitão-Mor, o Capitão Regente, o Rei Perpétuo e a Rainha Perpétua, estes dois últimos também de cargos vitalícios. Depois se dispõem as três guardas – no caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá.

Tendo dito, a festa remete às simbologias e às representações características associadas à cosmogonia banto católica e ao mito de retirada da Santa das águas. As representações simbólicas epifanizadas na festa, estabelecem uma atmosfera ritual diferente da vida cotidiana da comunidade, levando os participantes a um momento e/ou uma característica limiar que provoca o fortalecendo o sentimento de grupo (TURNER, 1974) e/ou a coesão social (DURKHEIM, 2003). Esta grande relevância do festejo do Reinado de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá não foi salvaguardada, pois a preservação da comunidade se

deu na década de 1990, no entanto, o levantamento dos Reinados realizado pela FMC e agora iniciado pelo IEPHA/MG, deve suprir a lacuna no processo de valorização da memória e identidade da referida Irmandade.

A espetacularização festiva: um fruto da patrimonialização?

Uma das questões que devem ser problematizadas no cenário até aqui apresentado, é a possível espetacularização das festas dos Reinados após serem registradas. Tal premissa tem como base vários estudos que demonstram a adequação de festejos em prol da divulgação, como na Festa do Boi de Parintins, onde “as mudanças ocorridas na instância da produção artística da festa dos bumbas se estruturam na dinâmica de sua massificação” (SILVA, 2010, p. 24) ou nas Festas Juninas.

As festas juninas no espaço urbano de cidades baianas como Amargosa, Cachoeira, Camaçari, Cruz das Almas, Jequié, Senhor do Bomfim, entre outras, se transformaram em megaeventos urbanos de expressiva dimensão espacial (...) [Estas] festas juninas espetacularizadas não são eventos que se constituem em práticas lúdicas ativas, pelo contrário, existe uma passividade do público que se desloca pelo espaço festivo de forma errante ou direcionada e interage com os grupos musicais que se apresentam no palco através da corporeidade, da dança, dos gestos. (CASTRO, 2012, p. 90)

Como na atualmente temos diversas formas de propagação – principalmente pelos meios virtuais – e os festejos, doravante restritos à comunidade de irmãos e poucos convidados e estudiosos, ganham, paulatinamente, maior visibilidade em processos como o “Cadastro de Reinados e de Congados de Minas Gerais” anunciado pelo IEPHA/MG. Não é assertivo dizer que este é um problema para as comunidades, mas sim um ponto a ser discutido, pois tais festividades podem seguir o caminho da espetacularização. Nas “sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos”, e o que era vivido se dissolve na representação (DEBORD, 2003, p. 13). Estamos inseridos em uma sociedade de massa e de consumo, que transforma a cultura em mercadoria, em uma forma de obter lucro. Esta ação não se dá apenas no âmbito das grandes empresas, como também na esfera do Estado e no interior dos próprios grupos detentores:

A evolução das festas tradicionais, da produção e venda de artesanato revela que essas não são tarefas exclusivas dos grupos étnicos, nem sequer dos setores camponeses mais amplos, nem mesmo da oligarquia agrária; intervêm também em sua organização os ministérios de cultura e comércio, as fundações privadas, as empresas de bebidas, as rádios e a televisão. Os fenômenos culturais folk ou tradicionais são hoje o produto multideterminado de agentes populares e hegemônicos, rurais e urbanos, locais, nacionais e transacionais. (CANCLINI, 2003, p. 220).

Diante disso, se tomarmos como exemplo a esfera das cidades contemporâneas, o investimento em imagens por estas se faz como uma maneira para atrair o capital, tornando o turismo cada vez mais atrativo. Neste processo, as manifestações culturais doravante limitadas às vivências mais locais – como o caso das celebrações de Reinado – são instigadas à uma espetacularização crescente (HARVEY, 1992). Com a inflação do marketing urbano, as manifestações culturais das cidades ganham maior visibilidade ao serem mercantilizadas por meio dos processos patrimoniais, lado a lado como o tombamento dos ditos centros históricos e com a revitalização de áreas abandonadas. Como exemplo de um caminho em prol da espetacularização de manifestações culturais, é pertinente citar os vários eventos realizados por Irmandades belo-horizontinas fora de seu calendário religioso. Para além do bem e do mal, tornou-se recorrente apresentações de Guardas de Congado em museus e casas de cultura, muitas vezes aproximando a celebração banto católica em uma representação folclórica.

O projeto Museu Guardas, ocorrido no Museu Mineiro entre os anos de 2006 e 2008, em cujo âmbito foram realizados 21 encontros de guardas, totalizando 49 grupos de congadeiros, (...) O projeto recebeu, em 2010, na 3ª edição do Prêmio Cultura Viva do Ministério da Cultura, o selo de qualificação que reconhece o mérito do Museu Mineiro. Para os organizadores do projeto, o “Museu Guardas’ tem o objetivo de possibilitar o diálogo entre as manifestações culturais”. As irmandades são ‘convidadas a visitar o museu, que abriga um importante acervo de arte sacra: objetos criados originalmente para o rito católico que se atrelam às tradições populares’ (LOTT, 2017, p.138. Aspas da autora).

Tais apresentações nos remetem novamente ao double bind identificado nas análises das festas. Ao mesmo tempo que ser tem uma valorização da cultura congadeira, leva-se esta a uma mercantilização. Ou mesmo tempo que os Reinados são vangloriados como um elemento cultural de grande relevância para Minas Gerais, é também utilizado com uma mercadoria a ser consumida pelos espectadores. Neste ponto, destaca-se o risco da objetificação da cultural por meio da salvaguardada.

O perigo que se corre é o de transformar os bens culturais em meros objetos de consumo, em transformar o patrimônio material em expressão de uma história rasa; ou, ainda, transformar as manifestações culturais do patrimônio imaterial em fetiche, ou seja, privilegiar o produto transformado em objeto de consumo como qualquer outra mercadoria que circula na sociedade atual (VELOZO, 2006, p. 439)

O limite tênue entre a valorização e a espetacularização deve ser olhado cuidadosamente pelas políticas culturais e pelos detentores. Ora, ainda mais se tratando de uma cultural vinculada às comunidades marginais. Estas ganharam proeminência nos discursos patrimoniais recentemente, como descrito no item anterior. Comunidades negras conquistaram seu espaço no cenário oficial de preservação por meio de uma árdua negociação, e o “preço de cooptação a ser pago, quando o lado cortante da diferença e da transgressão pede o fio na espetacularização” (HALL, 2003, p. 339). O processo de valorização dos Reinado pelos órgãos preservacionistas traz à tona o debate sobre os “espaços ‘conquistados’ para a diferença” de forma pontual, e estes são “cuidadosamente policiados e regulados”, ou seja, são limitados. “O que substitui a invisibilidade é uma espécie de visibilidade cuidadosamente regulada e segregada” (HALL, 2003, p. 339. Destaque do autor).

298

Ademias, como dito, esta visibilidade é muitas vezes cooptada em prol de uma propaganda turística, na lógica da disputa mercadológica entre as cidades. Atualmente as cidades são tomadas como “uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo em que outras cidades também estão à venda”. Como isso, “o chamado marketing urbano imponha-se cada vez mais como uma esfera específica e determinante do processo de planejamento e gestão de cidades”. Por este motivo, entendemos “o comportamento de muitos prefeitos, que mais parecem vendedores ambulantes que dirigentes políticos” (VAINER, 2000, p. 78). Assim sendo, quando as manifestações culturais ultrapassam os detentores e passam a ser reguladas “nas mãos das burocracias culturais” (HALL, 2003, p. 341), estas narrativas festivas tendem a ser controladas de maneira a serem compreendidas em uma escala maior, levando a uma certa artificialidade das festas. No caso dos Reinados, ao deslocar as celebrações para locais não sacralizados e/ou para datas fora do Ciclo do Rosário¹⁴, vivido festivo cede lugar para a lógica de mercado.

Considerações finais

As festas como patrimônio cultural: um caminho para a espetacularização?

O presente artigo apresentou um debate sobre as possíveis espetacularizações das festas quando estas são oficialmente salvaguardadas pelos órgãos preservacionistas estatais. O caminho percorrido pelo estudo foi primeiramente apresentar uma pequena discussão teórica sobre as festas, utilizando principalmente a bibliografia da História e da Antropologia. Nesta última, percebe-se que tanto os autores clássicos – como Durkheim (2003) – e os pertencentes à dita antropologia contemporânea – como Callois (1988) – reservam parte de seus estudos para a compreensão do momento festivo, pois este um ponto de fundamental importância para a compreensão da sociedade. Diante de tal verdade, as festas não poderiam estar de fora dos livros de salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro. Assim, mesmo que de forma tardia, as manifestações festivas ganharam, a partir do século XXI, a oportunidade de estarem oficialmente salvaguardada pelas agências preservacionistas. No entanto, a inserção destas nos Livros de Registro devem ser problematizadas, pois pode haver uma exposição do festejo que não é esperado pela comunidade detentora, como o caso dos Reinados de Nossa Senhora do Rosário. Pertencentes à uma comunidade historicamente marginalizada, o processo de salvaguarda das manifestações destas podem ser percebidos na ótica do cooptação do Estado, e, como todo processo relacional, traz questões que devem ser pensadas para além de uma simples diversão festiva.

NOTAS

1. O estudo sobre festa na Antropologia remete imediatamente à Durkheim, principalmente a obra “As formas elementares da vida religiosa”. Segundo o autor, o *gens* das religiões totêmicas se mostra nas experiências de êxtase coletivo ocorrido nas assembleias tribais, que por sua vez levavam à coesão social. No ritual, a comunidade compartilha sentimentos comuns, transportando os indivíduos da realidade cotidiana para um outro mundo onde a imaginação fica mais solta, possibilitando o divertimento e a exaltação, a efervescência coletiva e conseqüentemente a ‘realiança’, o reforço dos vínculos coletivos.
2. *Double bind* pode ser traduzido como duplos vínculos e são aqui entendidos na ótica de Gregory Bateson. Os *double bind* são usualmente tomados como uma maneira de controlar sem que haja uma coerção explícita, dificultando assim a resistência do ouvinte (BATESON, 2000).
3. Callois utiliza o termo ‘fenômeno total’ em referência à Mauss. Este trabalha a festa ligada à religião, principalmente nas obras ‘Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós’, ‘Ensaio sobre o dom’ e ‘Ensaio sobre o sacrifício’. Na primeira, as festas se mostram um fato da morfologia social dos esquimós que permite a restauração cíclica do vínculo social e além de distinguir o profano e o sagrado, assim como os estudos de Durkheim sobre o *corrobori* australiano. No estudo sobre *potlatch*, o destaque está na afirmação deste como o modelo mais completo de festa. Segundo Mauss, pela

festa ser um fenômeno complexo, um fato social total, é possível a expressão das instituições sociais por meio destas.

4. Um dos grandes marcos da preservação do patrimônio cultural em prol da construção dos ideais de Nação, ocorre na Revolução Francesa (1789 e 1799). A formação de uma nova identidade coletiva após a queda do Antigo Regime, se fez pela preservação e concomitante ressignificação dos monumentos locais. Antes símbolos do poder real, os monumentos são preservados e cooptados pelos revolucionários em prol da epifanização dos novos valores da nação republicana francesa (FONSECA, 1997; CHOAY, 2001; CORRÊA, 2001).
5. Não obstante o Barroco ser uma arte importada da Europa que ganhou proeminência em partes do Brasil na época colônia, o entendimento de tais intelectuais sobre o estilo permeia as feições únicas que o barroco tomou principalmente nas Minas Gerais (PESSOA, 1999).
6. Para uma leitura mais fluida do texto, utilizar-se-á o termo IPHAN, no entanto atual órgão preservacionista federal já apresentou os seguintes nomes:
SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de 1937 a 1946.
DPHAN – Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de 1946 a 1970.
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de 1970 a 1979.
SPHAN – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de 1979 a 1990.
IBCP – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, de 1990 a 1994.
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desde 1994. (PESSOA, 1999, p. 11).
7. A assinatura do Compromisso de Brasília em abril de 1970 possibilitou a criação dos institutos estaduais de preservação e um ano após foi criado o IEPHA/MG. Inicialmente adotou a política de ‘pedra e cal’ do IPHAN, mas atualmente o órgão apresenta significativas ações a favor da salvaguarda da diversidade cultural do estado, pautando também nas ações que visam o patrimônio imaterial (LOTT; SOUZA, 2020).
8. A FMC foi instituída pela Lei nº 9011, em 1º de janeiro de 2005 e “tem por finalidades contribuir para o planejamento e a formulação de políticas públicas e executar programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento cultural do Município de Belo Horizonte”. Vinculada à Secretaria Municipal de Cultura (SMC), no que tange as questões patrimoniais da cidade, a FMC trabalha lado a lado com o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM/BH) criado em 1984, pela Lei 3.802/84 (FMC, 2021, s/p.).
9. Apesar de haver diferenciações entre as associações de leigos, opta-se neste texto em adotar o termo Irmandade seguindo a linha de Caio Boschi (1986) “a partir de agora, e por todo o texto, esta nomenclatura [irmandade] toma sentido genérico, sendo empregada, indistintamente, como sinônimo de confraria, arquiconfraria e ordem terceira” (BOSCHI, 1986, p. 2).
10. Este é o único livro de compromisso até então encontrado que refere a uma Irmandade que atual no território que hoje é a cidade de Belo Horizonte.
11. Na historiografia atual, utiliza-se o termo escravizado. “Enquanto o termo escravo reduz o ser humano à mera condição de mercadoria, como um ser que não decide e não tem consciência sobre os rumos de sua própria vida, ou seja, age passivamente e em estado de submissão, o vocábulo escravizado modifica a carga semântica e denuncia o processo de violência subjacente à perda da identidade, trazendo à tona um conteúdo de caráter histórico e social atinente à luta pelo poder de pessoas sobre pessoas, além de marcar a arbitrariedade e o abuso da força dos opressores” (HARKOT-DE-LA-TAILLE; SANTOS, 2012, p. 8-9).
12. É relevante destacar que não é necessário que as Irmandades tenham todas as guardas supracitadas, geralmente elas são compostas de apenas uma ou duas.

- ¹³. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá localiza-se na rua Paulínia nº 21, bairro Tirol na regional Barreiro em Belo Horizonte, divisa com o município de Ibitaré. Os festejos na Irmandade iniciaram em 1932 e ocorreram por todos os anos até 1946, quando houve uma interrupção de 3 anos devido a desentendimentos internos. No ano de A Irmandade foi tombada em 1995 (LOTT, 2005).
- ¹⁴. Sobre Ciclos do Rosário, ver o excelente trabalho “De reinados e de reisados: festa, vida social e experiência coletiva em Justinópolis/MG”, de Juliana Correa (2009).

REFERÊNCIAS

ABREU, R. Memória, história e coleção. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 28. 1996.

AMARAL, Rita. *Festa à brasileira: sentidos do festejar no país que ‘não é sério’*. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

ARAÚJO, Gabriel Frias Araújo; BARBOSA, Agnaldo de Souza. Cultura e identidade nacional nos anos vargas: tensões e contradições da uma cultura oficial. *Revista de Ciências do Estado*, v. 1, n. 2, 2016.

ÁVILA, Afonso. *Iniciação ao barroco mineiro*. São Paulo: Nobel, 1984.

BATESON, Gregory. *Steps to an Ecology of Mind: collected essays in Anthropology, Psychiatry, Evolution, and Epistemology*. Chicago: University of Chicago Press, 2020.

BOSCHI, C. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Brasiliense; Ática. 1986.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988.

CALLOIS, Roger. *O homem e o sagrado*. Lisboa: Edições 70, 1988.

CANCLINI, Nestor. *Culturas híbridas estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2003.

CASCUDO, L. *Dicionário do folclore brasileiro*. São Paulo: Melhoramentos, 1980.

CASTRO, J. R. B. Espetacularização e mercantilização das festas juninas na atualidade. In: *Da casa à praça pública: a espetacularização das festas juninas no espaço urbano*. Salvador: EDUFBA, 2012.

CHOAY, F. A. *Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade; Editora UNESP, 2001.

COMPROMISSO da Irmandade dos Irmaons pretos de Nossa Senhora do Rozario cita na Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem, Arraial do Curral d’El Rei, Comarca de Sabará, Bispoado de Marianna de 1807. Freguesia de N. S. da Boa Viagem. 1807.

CORRÊA, A. *Vilas, parques, bairros e terreiros: novos parâmetros na cena das políticas culturais em São Paulo e São Luís*. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

CORREA, Juliana. *De reinados e de reisados: festa, vida social e experiência coletiva em Justinópolis/MG*. Belo Horizonte, 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997

DEL PRIORI, Mary. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

DURKHUEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: M. Fontes, 2003.

FIGUEIREDO, L. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: Edunb, 1993.

FONSECA, M. C. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; IPHAN. 1997.

FMC – Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte. *FMC*. Disponível em <https://prefeitura.pbh.gov.br/fmc>. Acesso dia 17 de maio de 2021.

GIBRAN, Elias; MOYSÉS, Júlia. *Percursos do sagrado: irmandades do Rosário de Belo Horizonte e entorno Belo Horizonte*: Canal C – Comunicação e Cultura, 2014.

HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO, 2003.

HARKOT-DE-LA-TAILLE, E.; SANTOS, A. R. Sobre escravos e escravizados: percursos discursivos da conquista da liberdade. SIMPÓSIO NACIONAL DISCURSO, IDENTIDADE E SOCIEDADE DESAFIOS E PERCURSOS NA CONTEMPORANEIDADE. 3. *Anais...* Campinas, SP, 2012.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.

HORTA, C.; MANZO, M. *O grande livro do folclore*. Belo Horizonte: Leitura, 2000.

IEPHA/MG – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. *Cadastro dos Reinados e Congados de Minas Gerais*. Disponível em https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdNjPmheHs8FPvYV28wtf_PWUlfQJ1wjnrlx6piY6uJHx8fxQ/viewform. Acesso dia 17 de maio de 2021.

LOPES, João. Diferença entre reinado e congado. In: KISHIMOTO, Alexandre; TRONCARELLI, Paulo F. (org.) *O Reinado da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá* – Belo Horizonte/MG. São Paulo: Cachuera!, 2005.

LOTT, Wanessa Pires. *Patrimônio Cultural na cidade de Belo Horizonte: o caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá e do Terreiro de Candomblé Ilê Wopo Olojukan*. Belo Horizonte, 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Católica de Minas Gerais.

LOTT, Wanessa Pires. *Tem festa de negro na República branca: o reinado em Belo Horizonte na Primeira República*. Belo Horizonte, 2017. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.

LOTT, Wanessa Pires. A festa do congado diante da salvaguarda: novas contribuições no processo de formação da irmandade Os Carolinos. *História Oral*. v. 21, n. 1, 2018.

- LOTT, Wanessa Pires; SOUZA, Flávia O lugar do esporte na política de patrimônio da PBH. *Revista Eletrônica do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte*. v. 7, n. 7, 2020.
- LUCAS, G. *Os sons do Rosário: o congado mineiro dos Arturos e Jatobá*. B.H.: Editora UFMG. 2002.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Hucitec; Editora UNESP, 2003.
- MARTINS, L. *Afrografias da memória: o Reinado do Rosário do Jatobá*. São Paulo: Perspectiva. 1997.
- MARTINS, L. *A cena em sombra*. São Paulo: Perspectiva. 1995.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- MELLO e SOUZA, Laura. Festas barrocas e a vida cotidiana em Minas Gerais. In: JANSÓN, István; KANTOR, Iris (org). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec; Edusp; Fapesp; Imprensa Oficial, 2001. v. 1.
- MONTES, Maria Lúcia. Entre o arcaico e o pós-moderno: heranças barrocas e a cultura da festa na construção identitária brasileira. *Revista Sexta-Feira - Festas*, n. 2, 1998.
- PESSÔA, J. *Lúcio Costa: documentos de trabalho*. Rio de Janeiro: IPHAN. 1999.
- PEREZ, Léa Freitas. Dionísio nos trópicos. COLÓQUIO FESTAS E SOCIABILIDADES. 1. *Anais...* Aracaju, SE: UFSE, 2008.
- PBH – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Secretaria Municipal de Cultura. *Inventário da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá*. Belo Horizonte, 1995a.
- PBH – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. *Processo de tombamento da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá*. nº 010869309568. Belo Horizonte, 1995b.
- SILVA, Marivaldo. A espetacularização da Festa do Boi-Bumbá de Parintins: novos modos de produção artística. *Cultura Visual*, n. 14, p. 23-32, 2010.
- TURNER, Victor. *O processo ritual: estrutura e anti estrutura*. São Paulo: Vozes, 1974.
- VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- VELOZO, Mariza. O fetiche do patrimônio. *Habitus*, Goiania, v. 4, n. 1, p. 437-454, 2006.
- VOVELLE, M. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: 1987.

Wanessa Pires Lott é Professora do Curso de Museologia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Graduada e Doutora em História e Mestre em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Também é Mestre em Ciências Sociais / Gestão de Cidades pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas).

Como citar:

LOTT, Wanessa Pires. As festas como patrimônio cultural: um caminho para a espetacularização? *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 17, n. 2, p. 287-304, jul./dez. 2021. Disponível em: pem.assis.unesp.br.